

A economia à espera de definições políticas

De que os fatos econômicos estão caminhando na boa direção, subsistem pouquíssimas dúvidas no mercado. Estamos assistindo neste momento a uma retomada do crescimento econômico mais ágil e mais diversificação do que podíamos esperar poucos meses atrás. Este fato se reflete nas notícias sobre o movimento de vendas no comércio e na indústria; sobre o movimento de arrecadação de impostos; sobre a recuperação dos depósitos de poupança; sobre a reativação dos negócios imobiliários — e até nos anúncios classificados e na publicidade de jornais e revistas brasileiros. Tudo denota que nossa economia deixou para trás sua fase adversa e até a indústria de bens de capital se reativa.

Nossas preocupações do momento não são mais com a economia em si. São com as avaliações, atitudes e medidas concretas do governo, particularmente no que se refere ao seu reajuste, à sua reestruturação interna, que, dependendo da maneira como será feita, poderá estimular e incentivar o impulso positivo que a economia apresenta, ou, ao contrário, até revertê-lo. Insistimos em que estamos atravessando um momento especialmente sensível, no qual as próximas decisões a serem tomadas pelas autoridades é que definirão o caminho de meses e meses à frente.

Os discursos pronunciados anteontem a distância um do outro, por duas das autoridades mais importantes na formulação da política econômica, tiveram, ao nosso ver, caráter bastante construtivo e benéfico para o atual quadro. Tanto o ministro Dílson Funaro quanto o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, falando em fóruns diversos, mas numa linha muito semelhante, deram ao mercado e à iniciativa privada em geral sinais alentadores. A começar da análise que fizeram do quadro atual, mostrando que as dificuldades do momento são, em grande parte, resultado do próprio sucesso alcançado pelo Brasil no ajuste das contas externas, e enfatizando, por isso mesmo, a necessidade de se conseguir agora um ajuste cuidadoso, porém firme, das finanças internas sem perder, todavia, o terreno conquistado no front externo, ou seja, sem desorganizar de novo as contas externas.

Diz muito bem o ministro Funaro que para manter o ajuste conquistado no plano externo "não será mais preciso tanto sacrifício". E acentua que por isso "vamos continuar trabalhando para alcançar superávits de 12 bilhões de dólares ou mais na balança comercial". Embora consciente do peso que essa transferência de renda para o Exterior representa para a economia brasileira, e lutando firmemente com os credores internacionais para reduzi-la, nossa principal autoridade econômica não trata demagogicamente o assunto e não está falando de sacrifício insuportável e insustentável. Em outro trecho do seu discurso assinala a necessidade de fazermos o ajuste interno, não porque o FMI e os credores desejam (como aliás tínhamos sempre afirmado), mas "porque nós brasileiros não agüentamos mais viver numa economia desorganizada como esta". Tem toda razão, com o único reparo de nossa parte de que nós não estamos numa economia desorganizada. A economia, ao nosso ver, está organizada, é bem organizada. O que está desorganizado é o governo, é a economia do governo — e é com isso, certamente, que não devemos continuar convivendo.

Outro pequeno reparo que faríamos ao pronunciamento do ministro Funaro é quando ele diz, a respeito do problema do déficit público, principal fonte de desorganização do governo, que a receita pública é suficiente para cobrir a maior parte das despesas de consumo e investimento (do governo), mas não dá para pagar os encargos da dívida pública. Hoje talvez seja assim, mas a verdade é que essa dívida pública só existe porque a receita governamental não dava, não deu, para cobrir os gastos monumentais que o governo andou fazendo no passado e ainda faz em certa escala. A dívida pública é o retrato financeiro da insuficiência de recursos para pagar as ambições do Estado brasileiro e da sua volúpia dissipadora. Eis por que não há como reclamar dela. O público emprestou dinheiro ao governo para sustentar suas dissipações. As pessoas que dirigem o governo mudaram. Não são as que perpetraram as dissipações. É certo. Mas o governo continua devendo, e ponto final.

A questão é saber se a reorganização das finanças governamentais passa ou não passa por mais e maiores sacrifícios das finanças privadas, isto é, se aumento de impostos é instrumento imprescindível dessa reorganização. Nossa opinião, já assentada, é que este seria o último instrumento, utilizável, se fosse o caso, em escala mínima, depois de feitos todos os cortes de gastos e cabalmente demonstrado que o governo passou a funcionar com toda a frugalidade indispensável num país pobre como o nosso e num regime democrático como o que pretendemos. Só então, de bom grado, a sociedade poderia anuir com parcimoniosos aumentos de impostos. Temos a certeza, ainda, de que a própria recuperação da economia está a tornar cada vez menos necessário qualquer aumento de impostos, na medida em que reduz os dispêndios do setor público e melhora em termos reais suas receitas.

Assim, essa ameaça para a boa marcha da economia que é o aumento de impostos pode ser evitada, como parece, aliás, ser intenção, pelo menos, do ministro Dílson Funaro, mais do que ninguém consciente, na qualidade de empresário, dos efeitos funestos para as atividades econômicas dos aumentos de carga fiscal. Mas preferimos aguardar, para emitir uma opinião definitiva sobre o assunto, a divulgação do programa de ajuste que está sendo elaborado e verificar até que ponto se consubstanciam nele as intenções proclamadas de ajustar o setor público com o máximo de sacrifício para ele próprio e o mínimo para os contribuintes e cidadãos privados.

Outra ameaça para a boa marcha da economia, da qual estão conscientes todas as autoridades econômicas — e o têm proclamado com ênfase —, é de natureza política. Se os sindicatos e as lideranças trabalhistas, insuflados pelo radicalismo (ver nota ao lado), impuserem de fato reajustes salariais acima do que suporta o mercado e a própria política econômica que o governo está formulando, poderemos assistir à rápida e virulenta reversão de tendências.

Resumo dessa ópera: temos um conjunto de fatos econômicos positivos com tendência também positiva; temos um conjunto de intenções do governo que, afinal, se está tornando coerente e consistente; mas temos uma incógnita política que pode pôr tudo a perder. A incógnita é exatamente como o governo pretende reagir ao desafio das lideranças sindicais radicais. O pacto social, está visto, já baixou à sepultura. Urge nova iniciativa que cumpra as funções que dele se esperavam.